

A Vulnerabilidade Social e a Influência no Desenvolvimento Infantil

Social Vulnerability and Influence on Child Development

La Vulnerabilidad Social y la Influencia en el Desarrollo Infantil

Jolana Cristina Cavalheiri* e Andreza Tonello**

RESUMO

Este estudo objetiva avaliar os níveis de vulnerabilidade social e como estes influenciaram no desenvolvimento infantil de estudantes de uma escola municipal do Sudoeste do Paraná. Trata-se de um estudo de campo exploratório, com abordagem quantitativa, pela aplicação de questionários para pais ou responsáveis dos alunos matriculados na instituição concedente, em idade de 6 a 11 anos, 11 meses e 29 dias, que aceitaram participar da pesquisa. Os questionários utilizados foram: o Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Paraná, Critério de Classificação Econômica Brasil e um questionário para avaliar o desenvolvimento infantil, confeccionado pelas pesquisadoras. Quanto à análise estatística, os dados foram inicialmente submetidos ao teste de normalidade Bartlett (p -valor de 0,320) e, posteriormente, as variáveis do Critério de Classificação Econômica Brasil foram submetidas a comparação múltipla com o Índice de Vulnerabilidade, por meio do teste de Tukey. Quanto aos resultados do estudo, observou-se que as classes econômicas predominantes foram B2 e C2, caracterizadas por famílias com rendimentos mensais de R\$ 4.852,00 e R\$ 1.625,00, respectivamente, e o índice de vulnerabilidade social das famílias foi de 0,317. Tais dados corroboram a vulnerabilidade do Estado do Paraná, que, na última avaliação, apresentou um índice de 0,252. Em relação ao desenvolvimento infantil, observou-se a ausência de alcance de marcos em determinados domínios, e associação entre o menor nível de escolaridade do chefe da família e o Índice de Vulnerabilidade (p -valor 0,000). Constata-se, ainda, a indispensabilidade de políticas públicas que visem reduzir as desigualdades e as vulnerabilidades sociais, melhorando de modo significativo as condições de vida não somente das crianças mas da população em geral.

Palavras-chave: Escolaridade. Desenvolvimento infantil. Desigualdade econômica. Vulnerabilidade social. Avaliação em saúde.

ABSTRACT

This study aims to evaluate the levels of social vulnerability and how they influenced the child development of students of a municipal school in southwestern Paraná. This is an exploratory field study with a quantitative approach through the application of questionnaires to parents or guardians of students enrolled in the granting institution, aged from 6 to 11 years, 11 months and 29 days, who agreed to participate in the research. The questionnaires used

* Mestre em Ciências Aplicadas à Saúde pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, Paraná, Brasil. Professora do Curso de Enfermagem, Nutrição e Farmácia da Universidade Paranaense, Francisco Beltrão, Paraná, Brasil. E-mail: jolana@prof.unipar.br

** Graduada em Enfermagem pela Universidade Paranaense, Francisco Beltrão, Paraná, Brasil. E-mail: andreza.t@edu.unipar.br

Artigo recebido em dez./2018 e aceito para publicação em set./2019

were: the Paraná Family Vulnerability Index, Brazil Economic Classification Criterion and a questionnaire to assess child development, prepared by the researcher. Regarding the statistical analysis, the data were initially submitted to the Bartlett normality test (p -value of 0.320), and subsequently, the variables of the Brazil Economic Classification Criterion were subjected to multiple comparison with the Vulnerability Index, using the Tukey test. Regarding the results of the study, it was observed that the predominant economic classes were B2 and C2 characterized as families with monthly incomes of R \$ 4,852.00 and R \$ 1,625.00, respectively, and the social vulnerability index of families was 0.317. These data corroborate the vulnerability of the state of Paraná which, in the last evaluation, presented an index of 0.252. Regarding child development, there was the absence of milestones in certain domains and association between the lowest level of education of the head of household with the vulnerability index (p -value 0.000). It is also noted the indispensability of public policies that aim to reduce inequalities and social vulnerabilities, significantly improving the living conditions not only of children, but of the population in general.

Keywords: Educational Status. Child Development. Socioeconomic Factors. Social Vulnerability. Health Evaluation.

RESUMEN

El estudio tiene como objetivo evaluar los niveles de vulnerabilidad social y cómo estos influyeron en el desarrollo infantil de los estudiantes de una escuela municipal en el suroeste de Paraná. Es un estudio de campo exploratorio con un enfoque cuantitativo mediante la aplicación de cuestionarios a los padres o tutores de los estudiantes matriculados en la institución otorgante, con edad entre 6 y 11 años, 11 meses y 29 días, que aceptaron participar en la investigación. Los cuestionarios utilizados fueron: el Índice de Vulnerabilidad de la Familia de Paraná, el Criterio de Clasificación Económica de Brasil y un cuestionario para evaluar el desarrollo infantil, preparado por las investigadoras. En cuanto al análisis estadístico, los datos se sometieron inicialmente a la prueba de normalidad de Bartlett (p -valor de 0,320), y posteriormente las variables del Criterio de Clasificación Económica Brasil se sometieron a una comparación múltiple con el Índice de Vulnerabilidad, utilizándose la prueba de Tukey. Con respecto a los resultados del estudio, se observó que las clases económicas predominantes eran B2 y C2 caracterizadas por familias con ingresos mensuales de R\$ 4,852.00 y R\$ 1,625.00, respectivamente, y el índice de vulnerabilidad social de las familias era de 0,317. Esos datos corroboran la vulnerabilidad del Estado de Paraná que, en la última evaluación, presentó un índice de 0,252. Sobre el desarrollo infantil, hubo ausencia de hitos en ciertos dominios y asociación entre el nivel más bajo de educación del jefe de hogar con el índice de vulnerabilidad (p -valor 0,000). También se observa la indispensabilidad de políticas públicas que busquen reducir las desigualdades y vulnerabilidades sociales, mejorando significativamente las condiciones de vida no solo de los niños, sino de la población en general.

Palabras clave: Escolaridad. Desarrollo infantil. Desigualdad económica. Vulnerabilidad social. Evaluación en salud.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento infantil é entendido como um processo que promove mudanças nas áreas física, social, emocional e cognitiva, resultando no crescimento, maturação e aprendizagem da criança. Tais características são percebidas por meio das habilidades desenvolvidas, do comportamento e pela maneira como a criança se expressa. Desta forma, o desenvolvimento infantil está diretamente relacionado às características adquiridas, apresentadas nas diferentes fases de crescimento (COELHO et al., 2016).

Sabe-se que alguns fatores podem influenciar no desenvolvimento da criança, como as condições socioeconômicas, a baixa renda, o baixo nível de escolaridade, má condição de moradia, além da falta de acesso à educação, saúde, esporte e lazer. Tais aspectos resultam na condição de vulnerabilidade e expõem a criança à chance ou à oportunidade de sofrer atrasos e prejuízos no decorrer de seu desenvolvimento (SILVA; VERÍSSIMO; MAZZA, 2015).

Segundo o Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), juntamente com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), o Paraná apresentou, no período 2000-2010, um índice de 0,365 e 0,252, respectivamente, com redução de 31% da vulnerabilidade social no Estado. A Região Sul apresenta os índices de vulnerabilidade mais baixos do país, quando comparados a outras regiões, e o Paraná apresenta 15,3% dos municípios inseridos nesta categoria (NAZARENO; SOUZA JUNIOR; IGNÁCIO, 2015).

Conforme o modelo conceitual apresentado por Ayres (2003), o conceito de vulnerabilidade é dividido em três eixos principais: a) individual, que consiste em características do próprio indivíduo que o predispõem à vulnerabilidade; b) programático, que se relaciona ao acesso a serviços como saúde, educação, esporte, lazer e recursos em geral ofertados para atender a população; c) social, que se refere às condições econômicas e ambientais às quais o indivíduo está sujeito.

Além disso, é evidente que fatores como a falta de acesso a serviços públicos de qualidade, saneamento básico inadequado, baixa escolaridade dos pais, que pode resultar em baixa renda, e falta de reconhecimento desses índices de vulnerabilidade por parte dos profissionais de saúde e de educação influenciam, de modo direto, no desenvolvimento da criança (DIAS; ARRUDA; MARCON, 2017). Estudos apontam também que as experiências que a criança vive em sua primeira infância determinam sua capacidade como ser produtivo, pois interferem em sua aprendizagem e em seu papel como cidadão responsável (SILVA; MAFTUM; MAZZA, 2015).

Partindo dessa premissa, o objetivo deste estudo é avaliar os níveis de vulnerabilidade social e como estes intervêm no desenvolvimento infantil de escolares.

1 METODOLOGIA

O presente estudo se caracteriza como exploratório, de campo, com abordagem quantitativa, e teve como objetivo avaliar os níveis de vulnerabilidade infantil e como estes influenciaram no desenvolvimento de escolares de uma escola municipal de Francisco Beltrão.

O município estudado está localizado na região Sudoeste do Paraná, com cerca de 88.465 mil habitantes e índice de desenvolvimento humano de 0,77. É considerado referência para assistência à saúde da região e possui, atualmente, 22 escolas municipais, 7 localizadas em comunidades do interior do município e 15 distribuídas nos bairros da cidade (IBGE, 2010).

Para este estudo, foi selecionada uma escola municipal localizada em um bairro da cidade, que desenvolve um trabalho educativo em turno contrário ao ensino regular, atendendo crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, tendo como público-alvo a população em situação de vulnerabilidade social, pessoal, ou famílias que participaram de programas sociais do município. Neste ambiente educacional tem-se 220 alunos matriculados, sendo que para este estudo optou-se por incluir somente os alunos considerados infantes ou em idade escolar, ou seja, aqueles que estavam na faixa etária de 6 a 11 anos, 11 meses e 29 dias, totalizando uma população de 57 sujeitos (FRANCISCO BELTRÃO, 2018).

Para a composição da amostra, foram incluídos no estudo os pais ou responsáveis pelas crianças, que, no período de coleta de dados, aceitaram participar da pesquisa, conforme assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), constituindo a amostra 49 pais/responsáveis, excluindo-se 8 que se recusaram a participar.

No que diz respeito à coleta de dados, a mesma foi realizada nos meses de julho a agosto de 2018, por meio de visita domiciliar, com acompanhamento da diretora ou assistente social da escola. Os questionários foram aplicados pelas pesquisadoras com agendamento prévio das famílias.

O primeiro questionário utilizado refere-se à classificação econômica dos entrevistados, sendo utilizado o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB) desenvolvido pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas (ABEP), com o objetivo de estimar a classe econômica das famílias. Este é constituído por 12 questões referentes a itens de conforto, incluindo eletrodomésticos, eletroportáteis, automóveis e demais meios próprios de locomoção. Além destas, há uma questão que objetiva verificar a procedência da água utilizada para consumo no domicílio, trajeto de chegada até o domicílio em relação à via utilizada, estimativa do grau de instrução do chefe da família, entre outros (IGNÁCIO; ANGELIS, 2015).

Já o segundo instrumento objetivou avaliar os níveis de vulnerabilidade das famílias, empregando-se o Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Paraná (IVF-PR) desenvolvido pela Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDS), juntamente com o IPARDES. Este é constituído por 19 indicadores componentes, distribuídos em quatro dimensões: a) adequação do domicílio; b) perfil

e composição familiar; c) acesso ao trabalho e renda; e d) condições de escolaridade. Ao final é calculado o índice de vulnerabilidade conforme recomendação do IPARDES (NAZARENO; SOUZA JUNIOR; IGNÁCIO, 2012).

Sobre o terceiro instrumento utilizado, este foi confeccionado pelas pesquisadoras, conforme literatura pertinente, abordando-se os marcos do desenvolvimento infantil. Composto por 22 questões que contemplam as etapas do desenvolvimento infantil, desde o primeiro mês até os 6 anos de idade. Analisa-se a idade de firmar a cabeça, sentar com e sem apoio, pegar e segurar objetos com firmeza, rastejar-se e engatinhar, deslocar-se apoiando-se em objetos, obedecer a comando para largar objetos, andar sozinho, balbuciar pequenas palavras, subir escadas com e sem apoio, comer sozinho, formar frases, dançar, controlar o esfíncter, correr e pular sem perder o equilíbrio, despir-se sozinho e desenvolver criatividade para atividades e recreações.

Inicialmente, os dados foram transcritos para o programa Excel e posteriormente aplicados no programa estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 21.0. A frequência descritiva e relativa foi empregada para avaliação das características da amostra. Quanto à análise estatística, os dados foram inicialmente submetidos ao teste de normalidade Bartlett (p -valor de 0,320), e posteriormente as variáveis do Critério de Classificação Econômica Brasil foram submetidas à comparação com o Índice de vulnerabilidade, por meio do teste de comparação múltipla de Tukey. O nível de significância estatística adotado para os testes aplicados foi de 5%, ou seja, o valor de p igual ou inferior a 0,05 para o resultado estatisticamente significativo (p -valor $< 0,05$).

Mantiveram-se preservados os aspectos éticos e legais indispensáveis à pesquisa científica, bem como o sigilo e a confidencialidade, que foram fundamentais ao participante da pesquisa. O estudo foi submetido previamente à avaliação do Comitê de Ética, sendo aprovado sob o parecer número 2.678.685.

2 RESULTADOS

Para a realização da presente pesquisa, constituíram a amostra 49 pais ou responsáveis de escolares, e o índice de vulnerabilidade das famílias do estudo foi de 0,317. Quanto à classificação econômica, observou-se que 26,5% das famílias classificavam-se como B2, assim como 26,5% como C2, 20,4% como C1, 16,3% como A, 6,1% como D-E e 4,1% como B1.

Pelo estudo, observou-se a prevalência de 67,3% das famílias com um automóvel, 65,3% com uma máquina de lavar, 63,3% com um banheiro na residência, 81,6% com uma geladeira, 51,7% com um freezer, 55,3% com um computador e 71,4% com um micro-ondas. A maioria das famílias negou os seguintes itens: 73,5% empregada doméstica mensalista, 46,9% aparelho de DVD, 93,9% máquina de lavar louça, 89,8% motocicleta e 67,3% negaram secadora de roupas. Ainda, 100% das famílias da amostra possuíam água encanada e 93,9% rua asfaltada ou pavimentada, além de 44,9% dos pais ou responsáveis possuírem Ensino Médio completo ou Superior incompleto, como demonstrado na tabela 1.

TABELA 1 - CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DE FRANCISCO BELTRÃO - PARANÁ - 2018

VARIÁVEL	Nº	%
Automóveis de passeio		
1 Automóvel	33	67,3
2 Automóveis	9	18,4
Não possui	7	14,3
Empregados mensalistas		
1 Empregado	5	10,2
Mais que 4 empregados	8	16,3
Não possui	36	73,5
Máquina de lavar		
1 Máquina	32	65,3
2 Máquinas	1	2,0
3 Máquinas	1	2,0
4 Máquinas	8	16,3
Não possui	7	14,3
Banheiro		
1 Banheiro	31	63,3
2 Banheiros	10	20,4
Mais que 4 banheiros	8	16,3
DVD		
1 DVD	15	30,6
2 DVDs	3	6,2
3 DVDs	8	16,3
Não possui	23	46,9
Geladeira		
1 Geladeira	40	81,6
2 Geladeiras	1	2,0
3 Geladeiras	8	16,4
Freezer		
1 Freezer	28	57,3
2 Freezer	1	2,0
3 Freezer	1	2,0
11 Freezer	1	2,0
Não possui	18	36,7
Computador		
1 Computador	27	55,1
2 Computadores	1	2,0
Não possui	21	42,9
Lava-louças		
1 Lava-louças	3	6,1
Não possui	46	93,9
Micro-ondas		
1 Micro-ondas	35	71,4
Não possui	14	28,6
Motocicleta		
1 Motocicleta	5	10,2
Não possui	44	89,8
Secadora de roupa		
1 Secadora de roupas	16	32,7
Não possui	33	67,3
Água		
Rede geral	49	100
Rua		
Asfaltada/Pavimentada	46	93,9
Terra/Barro/Cascalho	3	6,1
Escolaridade		
Analfabeto/Incompleto	2	4,1
Fundamental I Comp./II Inc.	11	22,4
Fundamental Comp./Médio Inc.	7	14,3
Médio Comp./Superior Inc.	22	44,9
Superior Completo	7	14,3

FONTE: Coleta de dados (2018)

Quanto ao índice de Vulnerabilidade do Paraná, o domínio de adequação ao domicílio obteve 55,1% das famílias com domicílio particular/permanente e 77,6% com menos de 3 moradores por cômodo. Em 98% das residências, as paredes eram construídas de alvenaria/madeira, 93,9% possuíam água encanada em pelo menos um cômodo da residência e 73,5% possuíam banheiro com escoamento para rede geral, como demonstrado na tabela 2. O índice de vulnerabilidade nesta dimensão foi de 0,515.

TABELA 2 - ADEQUAÇÃO AO DOMICÍLIO

VARIÁVEL	Nº	%
Tipo de domicílio		
Particular/Improvisado	9	18,4
Coletivo	13	26,5
Particular/Permanente	27	55,1
Moradores		
Mais que 3	11	22,4
Menos que 3	38	77,6
Construção das paredes		
Palha/Taipa	1	2,0
Alvenaria/ Madeira	48	98,0
Água encanada		
Não tem água encanada	3	6,1
Tem água encanada em pelo menos um cômodo	46	93,9
Esgoto		
Não possui	2	4,1
Banheiro/Fossa	11	22,4
Banheiro/Rede Geral	36	73,5

FONTE: Coleta de dados (2018)

Já na tabela 3 são apresentados o perfil e a composição familiar, para o qual 81,6% dos responsáveis possuíam companheiro, a razão entre criança e adultos na residência foi de maior ou igual a 1, com prevalência de 67,3% dos entrevistados. Além disso, 98,0% das famílias não apresentaram trabalho infantil, 83,7% não possuíam crianças ou adolescentes internados, 100% das famílias não apresentaram adulto ou idoso internado, 79,6% não possuíam deficiência na composição familiar, 89,8% não tinham idoso agregado e 98% dos chefes da família sabiam ler. O índice de vulnerabilidade deste domínio foi de 0,115.

Quanto à razão entre pessoas trabalhando, 51% foi de 0,50 a 0,75, o que resultou em 44,9% das famílias com salários maiores de $\frac{1}{4}$ até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. No que tange às condições de escolaridade, 83,7% das famílias não possuíam crianças fora da escola, 79,6% não apresentavam defasagem e 55,1% não possuíam jovem ou adulto sem conclusão do Ensino Fundamental, como observado na tabela 4. O domínio de trabalho e renda apresentou um índice de 0,420 de acordo com o instrumento utilizado.

TABELA 3 - PERFIL E COMPOSIÇÃO FAMILIAR

VARIÁVEL	Nº	%
Chefe da família		
Uniparental	9	18,4
Com Companheiro	40	81,6
Razão criança/adulto		
Não há adulto	1	2,0
Maior ou Igual a 1	33	67,3
Menor ou Igual a 1	15	30,7
Trabalho infantil		
Sim	1	2,0
Não	48	98,0
Criança e adolescente internado		
Sim	8	16,3
Não	41	83,7
Adulto internado		
Não	49	100
Idoso internado		
Não	49	100
Deficiência		
Sim, Somente 1	10	20,4
Não	39	79,6
Idoso agregado		
Sim	5	10,2
Não	44	89,8
Analfabetismo do chefe da família		
Não Sabe Ler	1	2,0
Sim, Sabe Ler	48	98,0

FONTE: Coleta de dados (2018)

TABELA 4 - TRABALHO E RENDA FAMILIAR E CONDIÇÕES DE ESCOLARIDADE

VARIÁVEL	Nº	%
Trabalho adulto		
Idoso e Adolescente sem renda	1	2,0
Menor que 0,50	17	34,7
De 0,50 a 0,75	25	51,0
Mais que 0,75	6	12,2
Renda familiar per capita		
De 0 a ¼	13	26,5
Mais de ¼ até ½	22	44,9
Mais de ½	14	28,6
Criança e adolescente fora da escola		
Somente criança de 0 a 5 anos fora da escola	8	16,3
Sem criança fora da escola	41	83,7
Defasagem		
Ao menos 1	10	20,4
Nenhum	39	79,6
Jovem/Adulto sem Ensino Fundamental		
Existência de 1 ou mais	22	44,9
Nenhum	27	55,1

FONTE: Coleta de dados (2018)

Em relação ao desenvolvimento infantil, os dados apresentados referem-se a 49 crianças. Constatou-se a prevalência de 61,0% das crianças que firmaram a cabeça e 58,5% que levantaram a cabeça com a idade de 1 a 3 meses, 78,0% sentaram com apoio por volta dos 4 a 6 meses, assim como 56,1% sentaram sem apoio entre 7 a 9 meses. Os responsáveis referiram que 75,6% das crianças pegaram objetos de forma involuntária entre 4 e 6 meses, e 61,0% seguraram objetos com firmeza aos 6 meses.

Além disso, 82,9% rastejaram e 58,6% engatinharam pelo chão com 9 meses e ainda 83,0% das crianças deslocaram-se apoiando em objetos com 12 meses (dados que não constam em tabela).

Quanto aos demais marcos, obteve-se que 92,8% das crianças andaram sozinhas, 61,1% balbuciaram palavras e subiram escadas com apoio, 48,8% subiram escadas com corrimão e 65,9% dançaram ao som de uma música até os 18 meses de idade. Citaram-se como acontecimentos dos 19 meses aos 3 anos de idade os seguintes marcos: 63,4% comeram sozinhas, 66,0% tiveram controle do esfíncter, 73,2% formaram frases, 61,0% correram e pularam sem perder o equilíbrio, 48,8% subiram escada apoiando um pé em cada degrau, 51,2% desenvolveram a criatividade e 56,1% despiram-se sozinhos (dados que não constam em tabela).

Quando avaliadas as características do Critério de Classificação Econômica Brasil, relacionadas ao índice de vulnerabilidade, observou-se que apenas a variável escolaridade apresentou significância estatística (p-valor 0,000), demonstrando médias superiores quando o chefe da família possuía menor tempo de estudo (tabela 5).

TABELA 5 - ESCOLARIDADE DO CHEFE DA FAMÍLIA E ÍNDICE DE VULNERABILIDADE

VARIÁVEL	Nº	%	MÉDIA ÍNDICE DE VULNERABILIDADE	p-valor
Escolaridade				0,000
Analfabeto	2	4,1	0,3712	
Fundamental I Comp./II Inc.	11	22,4	0,5332	
Fundamental Comp./Médio Inc.	7	14,3	0,3459	
Médio Comp./Superior Inc.	22	44,9	0,2440	
Superior Completo	7	14,3	0,1669	

FONTE: Coleta de dados (2018)

3 DISCUSSÃO

Aponta-se que a vulnerabilidade é definida como um conjunto de condições que torna o indivíduo suscetível, sendo caracterizada por aspectos individuais, sociais e programáticos. Para a avaliação da vulnerabilidade, necessita-se conhecer a realidade de cada pessoa e avaliar fatores como: condição econômica, escolaridade, condições de moradia, itens de conforto e acesso a serviços, como educação, saúde, esporte e lazer (SILVA et al., 2013).

O índice de vulnerabilidade da amostra foi de 0,317, o que ratifica a vulnerabilidade do Estado do Paraná que, na última avaliação, apresentou um índice de 0,252. No período 2000-2010 o Paraná passou da condição de média para baixa vulnerabilidade. Os municípios paranaenses que se encontram na faixa de baixa vulnerabilidade social estão localizados na porção Norte, no Sudoeste e no litoral Sul do Estado (NAZARENO; SOUZA JUNIOR; IGNÁCIO, 2015).

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, o município de Francisco Beltrão, Paraná, apresentou em 2010 uma redução no percentual de vulnerabilidade se comparado ao ano de 2000, em que era de 9,43%, e de 2010

(3,53%), condizendo com a diminuição da vulnerabilidade no Estado, conforme a última avaliação (IPEA, 2015a).

Entretanto, uma pesquisa realizada em Maringá, PR, obteve um índice de vulnerabilidade menor que o da amostra, que foi inferior ou igual a 0,208. Além disso, apenas 25,0% das famílias apresentaram um índice maior que 0,292, o que confirma os parâmetros paranaenses (REIS; OLIVEIRA, 2017).

Dados indicam que o Brasil obteve, em 10 anos, uma redução do índice de vulnerabilidade equivalente a 27%, passando da condição de alta vulnerabilidade para média, sendo estes dados justificados pelo aumento de brasileiros empregados e melhor aquisição de renda, já que o número de empregados aumentou em 34% e o acesso à educação evoluiu 28%, evidenciando a importante relação entre escolaridade e o acesso ao trabalho (IPEA, 2015b). Tal informação corrobora a dimensão de trabalho e renda do presente estudo, que também apresentou melhores resultados nesta dimensão.

Cabe ressaltar que o indivíduo considerado vulnerável não obrigatoriamente sofre prejuízos no desenvolvimento, entretanto, torna-se mais suscetível a determinadas situações, como a falta recursos, educação, inteligência, déficits de poder, força e outros atributos, o que ocorre devido às desvantagens sofridas por diferenças econômicas, sociais ou programáticas (CARMO; GUIZARDI, 2018).

Neste estudo, observou-se que a maioria das famílias apresentavam classificação econômica B2 e C2, caracterizadas como famílias com rendimentos mensais entre R\$ 4.852,00 e R\$ 1.625,00, respectivamente. De acordo com a ABEP (2018), na região de Curitiba 26,8% da população estava classificada como C2 (R\$ 1.625,00 mensais), 26,0% como C1 (R\$ 2.705,00 mensais), 20,9% como B2 (R\$ 4.825,00 mensais), 16,9% como D-E (R\$ 768,00) e, por fim, B1 e A (R\$ 9.254,00 e R\$ 20.888,00 mensais), com 6,0% e 1,3% respectivamente, o que destoa do presente estudo.

Sugere-se que a melhor classificação econômica das famílias no estudo esteja associada ao menor território do município, bem como à estruturação dos serviços de saúde e educação, quando comparado à capital paranaense. Em nível nacional, a classe econômica com maior incidência é a D-E, com 28,5%, seguida da C2 com 26,1%, C1 com 21,6%, B2 com 16,4%, B1 com 4,6% e A com 2,8% (ABEP, 2018).

Quanto aos critérios de classificação econômica obtidos neste estudo, a maioria das famílias possuía apenas um automóvel, uma geladeira, uma máquina de lavar, um *freezer*, um computador, um micro-ondas e um banheiro. Além disso, a maioria negou possuir empregada mensalista, DVD, lava-louças, secadora de roupa e motocicleta. Todas as famílias entrevistadas possuíam água encanada proveniente da rede geral de distribuição e grande parte delas tinha rua pavimentada/asfaltada. Quanto à escolaridade do chefe da família, o maior percentual nos questionados possuía Ensino Médio completo ou Superior incompleto, o que justifica a classificação econômica obtida pelas famílias.

É evidente que as desigualdades sociais influenciam na condição de vulnerabilidade do indivíduo, assim como a escolaridade reflete de forma direta no acesso ao trabalho e renda, o que resulta em baixa condição econômica, sendo este

um dos principais componentes avaliados no índice de vulnerabilidade das famílias (BENATTO, 2016).

Constata-se, ainda, que a condição econômica influencia no desenvolvimento infantil de forma abrupta e degradante. Bomtempo e Conceição (2014) enfatizam que há uma grande parcela da população vivendo em estado de desigualdade, o que interfere na relação familiar; assim, quando a família não possui uma boa estrutura econômica, acaba por dificultar o cuidado.

É importante destacar que, segundo Romagnoli (2015), o indivíduo considerado vulnerável apresenta riscos em situações de constrangimento e sentimento de impotência perante determinadas situações, e que, embora a condição de vulnerabilidade não caracterize pobreza, esta pode fomentá-la e agravá-la.

Dessa forma, ressalta-se que os baixos investimentos públicos em políticas econômicas acabam mantendo níveis de desigualdade em todo o território brasileiro. Na maioria dos casos, os responsáveis pelas famílias não conseguem empregos com bons rendimentos devido ao baixo nível de escolaridade. Tal fato associado ao número de pessoas que compõe a família que, na maioria das vezes, possui dois adultos e 3 filhos ou mais, agrava ainda mais o risco de vulnerabilidade (SILVA; MAFTUM; MAZZA, 2014).

Silva et al. (2013) salientam que a composição familiar determina a condição material, a autonomia e a capacidade de suprir as necessidades básicas da criança. Desta forma, é evidente que a iniquidade das famílias na inserção social caracterizada por sua condição econômica afeta o desenvolvimento infantil.

Outro aspecto a ser referido é o IVF-PR, que constitui um indicador composto por variados domínios, os quais avaliam as condições do domicílio, de escolaridade do chefe da família, trabalho e renda. Na dimensão de “adequação ao domicílio”, é avaliado se estes são particulares, permanentes ou improvisados, se possuem água encanada e rede de esgoto, além de se avaliar a proporção de moradores por cômodo da residência (SCHUMANN; MOURA, 2015).

Este domínio não apresentou indicação de vulnerabilidade, uma vez que um maior número das famílias possuía residência particular/permanente e, destas, 98,0% eram construídas de alvenaria/madeira, 93,9% tinham água encanada e 73,5% rede de esgoto, o que vai ao encontro do estudo desenvolvido na região norte do Estado, o qual obteve menor número de famílias em vulnerabilidade neste domínio (58,6%) (REIS, OLIVEIRA, 2017).

Por sua vez, estudo realizado pelo IPARDES no Paraná demonstrou que 61 (8% das famílias) têm alguma condição de vulnerabilidade relacionada à condição habitacional, sendo que 5,7% delas apresentavam 50% de vulnerabilidade nesta dimensão, com valores acima de 0,50 (NAZARENO; SOUZA JUNIOR; IGNÁCIO, 2015), superiores aos do presente estudo.

Dessa forma, ressalte-se que as condições programáticas nas quais a adequação ao domicílio se encaixa afetam o estado de convivência do indivíduo com a comunidade, interfere nas interações sociais e evidencia as desigualdades. Dessa

forma, torna-se evidente a importância de políticas públicas efetivas, que minimizem as diferenças sociais e proporcionem um melhor convívio em sociedade (LIMA, 2016).

Sobre a dimensão “perfil e composição familiar”, esta objetiva avaliar se o chefe da família divide as responsabilidades com um cônjuge e se é maior de idade. Analisa, ainda, a proporção entre adultos e crianças na família, se há trabalho infantil, internamentos de crianças ou adultos, presença de deficiência ou idoso agregado e, por fim, o grau de instrução do chefe da família (NAZARENO; SOUZA JUNIOR; IGNÁCIO, 2015).

Em relação aos resultados obtidos neste estudo, esta dimensão não influenciou de maneira significativa no índice de vulnerabilidade, uma vez que 81,6% dos chefes da família possuíam cônjuge e dividiam as responsabilidades. Além disso, 67,3% das famílias apresentaram a proporção de adulto e criança maior do que 1, e 98,0% não apresentaram trabalho infantil. Ressalte-se que 100% das famílias não possuíam adulto ou idoso internado, 79,6% não referiram deficiência, 89,8% não possuíam idoso agregado e 98,0% dos chefes das famílias sabiam ler.

Em relação a esta dimensão, Reis e Oliveira (2017) encontraram dados semelhantes aos do presente estudo, em que a vulnerabilidade foi de 0,350 e somente uma família caracterizou-se com baixo índice, o que corrobora também o evidenciado para o Estado do Paraná, em que 3,2% das famílias apresentavam situação de fragilidade (NAZARENO; SOUZA JUNIOR; IGNÁCIO, 2012).

Duarte e Batista (2015) salientam a importância da estrutura e do vínculo familiar durante a primeira infância, pois é nesse período que a criança desenvolve o autoconceito. Quando há um bom relacionamento do responsável com a criança, forma-se o afeto, despertando nela confiança e motivação para sua evolução e o descobrimento de coisas novas. Em contrapartida, quando há apenas reprovação, é despertado o sentimento de desafeto e impotência, o que reprime a criança e pode gerar atraso em seu desenvolvimento.

Quanto ao domínio de trabalho, renda e escolaridade, atingiram-se resultados significativos no índice de vulnerabilidade, visto que a proporção de pessoas adultas na família em idade ativa que estava trabalhando no momento da entrevista resultou em um percentual de 51,0% na proporção de 0,50 a 0,75. Esse dado, seguido de 34,7% na proporção menor do que 0,50, acarretou uma renda *per capita* familiar de mais de $\frac{1}{4}$ até $\frac{1}{2}$, seguido de mais de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, com percentuais de 44,9% e 28,6%, respectivamente.

Neste estudo, o domínio de trabalho e renda apresentou um índice de 0,420 de acordo com o instrumento utilizado, dados inferiores ao estudo desenvolvido em Maringá, no qual a vulnerabilidade encontrada foi de 0,769 (REIS; OLIVEIRA, 2017), assim como no Estado do Paraná, que identificou 10% das famílias com alto grau de vulnerabilidade e índice superior a 0,770 (NAZARENO; SOUZA JUNIOR; IGNÁCIO, 2012).

Quando avaliada a escolaridade do chefe da família com o índice de vulnerabilidade, observou-se associação significativa (p-valor 0,000) com médias superiores de vulnerabilidade para aqueles que possuíam menor tempo de estudo.

É evidente que a escolaridade tem um papel fundamental ao determinar o índice de vulnerabilidade, já que a renda está diretamente ligada ao grau de instrução do chefe da família. Carara (2019) destaca que a desigualdade a que a sociedade está submetida é gritante, acarretando em menor apropriação de conhecimento devido à falta de acesso a serviços de qualidade. Isso se justifica pelas diferentes classes de grupos no território do município, bem como pelos investimentos públicos.

O autor acima relata ainda que a escolaridade é indispensável no que diz respeito ao exercício da cidadania (CARARA, 2019). Dessa forma, é essencial o investimento neste setor visando minimizar as desigualdades sociais e aumentando as chances de acesso a serviços, consolidando assim a ideia de que o desenvolvimento humano está diretamente ligado ao meio e às condições em que o indivíduo está inserido.

Além disso, no que tange à escolaridade, 16,3% dos entrevistados relataram ter somente crianças de 0 a 5 anos fora da escola, 20,4% referiram defasagem e 44,9% deles não concluíram o Ensino Fundamental, o que representa, nesse contexto, o índice de 0,219 e justifica a renda familiar obtida, bem como o índice de vulnerabilidade deste estudo.

Logo, os autores Bomtempo e Conceição (2014) ressaltam que o trabalho, além de ser a fonte de renda, propicia ao indivíduo a garantia de proteção e integralidade na sociedade. Assim, é essencial o investimento na educação, infraestrutura e políticas sociais, uma vez que a escolaridade proporciona ao cidadão melhores oportunidades de trabalho, o que gera uma fonte de renda adequada e, conseqüentemente, melhora da economia da família.

Em relação ao desenvolvimento infantil, Souza e Veríssimo (2015) salientam que é durante os primeiros anos de vida que se molda a estruturação cerebral. Neles, a criança adquire e desenvolve suas características por meio de heranças genéticas e influências do meio social em que vive, o que justifica a importância e o cuidado com as condições ambientais onde a criança está situada.

Conforme as respostas de pais e responsáveis, 100% das crianças não apresentaram marco de idade adequado da faixa etária de “largar objetos quando solicitado”, 63,4% na faixa de “comer sozinho”, 43,9% em “despir-se sozinho”, 39% em “firmar a cabeça”, 12,2% em “sentar com apoio” e “pegar objetos de forma involuntária”, 9,8% na faixa etária de “correr e pular sem perder o equilíbrio”, 4,9% na faixa de “controle do esfíncter” e 2,4% apresentaram defasagem nas faixas de “engatinhar”, “subir escadas com apoio e com corrimão”.

Dessa forma, é possível supor que a vulnerabilidade pode influenciar no desenvolvimento da criança, especialmente quanto à escolaridade do chefe da família e renda familiar, havendo, ainda, a necessidade de pesquisas futuras para esta associação. Ressalte-se também que os questionários são aplicados pela pesquisadora, o que pode contribuir para prevaricação por parte dos pais e responsáveis, quanto ao alcance dos marcos de crescimento, além de exigir a recordação de períodos retrógrafos e distantes do desenvolvimento da criança.

Dessa forma, Romagnolli (2015) destaca que é necessário compreender a vulnerabilidade, conhecer seus conceitos e desafios para que assim possam ser desenvolvidas medidas proativas, preventivas e protetivas à saúde da criança.

Silva, Maftum, Mazza (2015) enfatizam a importância de as instituições de ensino conhecerem a realidade das famílias e identificarem possíveis atrasos no desenvolvimento infantil e no processo de alfabetização. Desta forma, a instituição pode colaborar na prevenção do desenvolvimento inadequado, diminuindo as desigualdades dentro do ambiente escolar e ressaltando conceitos importantes para a vida adulta (FONSECA et al., 2013).

Sobre a limitação deste estudo, destaca-se a dificuldade de agendar horário conveniente com os responsáveis pelas crianças devido ao horário de trabalho, além do receio de responderem algumas questões sobre a renda familiar, havendo, inclusive, recusa quanto à participação do estudo. Além disso, observou-se certa dificuldade na responsividade dos pais e responsáveis em relação ao preenchimento dos marcos de desenvolvimento infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a realização do presente estudo, observou-se que a classificação econômica das famílias foi de média a baixa, e o índice de vulnerabilidade obtido foi de 0,317. Os domínios com maior risco foram a adequação ao domicílio, com índice de 0,515, seguido de trabalho e renda, com 0,420.

Tornou-se evidente que a escolaridade dos pais e responsáveis tem relação com maiores índices de vulnerabilidade, o que pode contribuir para prejuízos no desenvolvimento da criança.

Vale ressaltar que o nível de escolaridade reflete diretamente na renda, uma vez que, quanto maior o grau de instrução do indivíduo, melhores serão as oportunidades e conseqüentemente a renda. Isso justifica o maior risco no índice de adequação ao domicílio, pois quanto menor a renda obtida piores serão as condições de moradia.

Dessa forma, é perceptível a necessidade de se criarem projetos educacionais e políticas públicas que auxiliem e incentivem a conclusão dos estudos e a melhora dos rendimentos, além de pesquisas posteriores que avaliem o efeito da vulnerabilidade social sobre o crescimento e desenvolvimento da criança.

REFERÊNCIAS

ABEP - Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. **Critério padrão de Classificação Econômica Brasil**. 2018. Disponível em: www.abep.org. Acesso em: 08 out. 2018.

AYRES, J. R. C. M. et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

BENATTO, M. E. C. A vulnerabilidade social da escola pública e a formação dos professores do 6º ano do ensino fundamental. **Produção Didático Pedagógica - PDE**, v.2, 2016. Versão *online*. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernosdpde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_ped_utfpr_maristelaelisabetecosmobenatto.pdf. Acesso em: 15 out. 2018.

BOMTEMPO, E.; CONCEIÇÃO, M. R. Childhood and Contexts of Social Vulnerability – The playful activity as a resource of intervention in health care. **Acad. Paul. de Psicol.**, São Paulo, v.34, n.87, p.490-509, 2014.

CARARA, M. L. **Dificuldade de aprendizagem e vulnerabilidade social sob a percepção da comunidade escolar**. Versão *online*. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Artigo-Mariane.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2019.

CARMO, M. E.; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cad. Saúde Pública**, v.34, n.3, 2018.

COELHO, R. et al. Desenvolvimento infantil em atenção primária: uma proposta de vigilância. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v.92, p.505-511, 2016.

DIAS B. C.; ARRUDA G. O; MARCON S. S. Vulnerabilidade familiar de crianças com necessidades especiais de cuidados múltiplos, complexos e contínuos. **REME – Rev Min Enferm.**, Belo Horizonte, p.1021-1027, 2017.

DUARTE, B. S. da; BATISTA, C. V. M. Desenvolvimento infantil: importância das atividades operacionais na educação infantil. In: XVI SEMANA DA EDUCAÇÃO: desafios atuais para a educação. Londrina, 22 out. 2015.

FONSECA, F. F. et al. The vulnerabilities in childhood and adolescence and the Brazilian public policy intervention. **Rev. paul. pediatr.**, São Paulo, v.31, n.2, p.258-264, jun. 2013.

FRANCISCO BELTRÃO (Paraná). **Secretaria da Educação, escolas municipais**. Francisco Beltrão: Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, 2018. Disponível em: <http://franciscobeltrao.pr.gov.br/secretarias/educacao>. Acesso em: 28 fev. 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem populacional**. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/francisco-beltrao>. Acesso em: 22 fev. e 22 set. 2018.

IGNÁCIO, S. A.; ANGELIS, T. de. Avaliação estatística do comportamento de vulnerabilidade das famílias no programa família paranaense 2013/2014. **Nota Técnica**, Curitiba: Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDS, out. 2015.

IPEA. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Rio de Janeiro: PNUD, Fundação João Pinheiro, 2015a. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/francisco-beltrao_pr. Acesso em: 10 out. 2018.

IPEA. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Rio de Janeiro: PNUD, Fundação João Pinheiro, 2015b. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/o_atlas/. Acesso em: 10 out. 2018.

LIMA, F. A. **Territórios de vulnerabilidade social: construção metodológica e aplicação em Uberlândia-MG**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2016.

NAZARENO, L. R. de; SOUZA JUNIOR, P. C. de; IGNÁCIO, S. A. Índice de vulnerabilidade das famílias paranaenses: mensuração a partir do cadastro único para programas sociais - CadÚnico. **Nota técnica**, Ipardes, Curitiba, n.23, 2012.

REIS, L. M.; OLIVEIRA, M. L. Vulnerabilidade social em famílias que convivem com comportamento aditivo por tempo prolongado. **Acta Paul Enferm.**, Maringá, v.30, n.4, p.412-9, 2017.

ROMAGNOLI, R. C. Problematizando as noções de vulnerabilidade e risco social no cotidiano do SUAS. **Psicologia em Estudo.**, Maringá, v.20, n.3, p.449-459, 2015.

SCHUMANN, L. R. M. A.; MOURA L. B. A. Índices sintéticos de vulnerabilidade: uma revisão integrativa da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva.**, Brasília, v.20, n.7, p.2105-2120, 2015.

SILVA, D. I.; VERÍSSIMO, M. L. O. R.; MAZZA, V. A. Vulnerabilidade no desenvolvimento infantil: influência das políticas públicas e programas de saúde. **Journal of Human Growth and Development.**, v.25, n.1, p.11-18, 2015.

SILVA, et. al. Vulnerabilidade da criança diante de situações adversas ao seu desenvolvimento: proposta de matriz analítica. **Rev Esc Enferm USP**, São Paulo, v.47, n.6, p.1397-402, 2013.

SILVA, D. I.; MAFTUM, M. A.; MAZZA, V. A. Vulnerabilidade no desenvolvimento infantil: influência das políticas públicas e programas de saúde. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, v.23, n.4, p.1087-1094, 2014.

SILVA, D. I.; MAFTUM, M. A.; MAZZA, V. A. Vulnerabilidade no desenvolvimento infantil: influência dos elos familiares fracos, dependência química e violência doméstica. **Revista Brasileira crescimento desenvolvimento humano**. São Paulo, v.25, n.1, p.11-18, 2015.

SOUZA, J. M.; VERÍSSIMO, M. L. O. R. Desenvolvimento infantil: análise de um novo conceito. **Rev. Latino-Am. Enfermagem.**, Goiás, v.23, n.6, p.1097-104, nov./dez. 2015.